

São Caetano é cidade da região que mais gasta para manter vereadores

Custo médio por morador é de R\$ 443,58, quatro vezes maior que o de Ribeirão Pires; cada gabinete consome R\$ 3,87 milhões ao ano

Levantamento realizado pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) mostra que o gasto médio por morador de São Caetano para manter a Câmara de Vereadores é

de R\$ 443,58, o mais alto entre as sete cidades do Grande ABC. O valor é quatro vezes superior ao de Ribeirão Pires, que ficou em segundo, com R\$ 116,44. Juntos, os legislativos da

região desembolsaram R\$ 325,2 milhões com despesas de pessoal e custeio nos 12 meses encerrados em agosto deste ano. O montante é 8,7% superior, em termos nominais

(sem considerar a inflação), ao desembolsado ao longo de 2023 (R\$ 299,2 milhões) e quase 70% maior que o orçamento de Rio Grande da Serra para 2025 (R\$ 182 milhões).

A Casa de Leis são-caetanesa apresenta também o mais elevado gasto por parlamentar, já que o custo por gabinete chega a R\$ 3,87 milhões ao ano. **Política 3**

S.Caetano tem a Câmara mais cara do Grande ABC

Dos R\$ 325 milhões gastos pelos sete Legislativos em 12 meses, cidade desembolsou R\$ 73,5 milhões, ou R\$ 444 por habitante

ANDERSON AMARAL
andersonamaral@dgabc.com.br

As Câmaras das sete cidades do Grande ABC desembolsaram R\$ 325,2 milhões com despesas de pessoal e custeio nos 12 meses encerrados em agosto deste ano. O valor é 8,7% superior, em termos nominais (sem considerar a inflação), ao desembolsado ao longo de 2023 (R\$ 299,2 milhões) e quase 70% superior ao orçamento de Rio Grande da Serra para 2025 (R\$ 182 milhões).

Os números integram o Mapa das Câmaras, levantamento realizado pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), com dados compilados pelo Diário. Considerando a população na região estimada em 2.752.659 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o gasto médio *per capita* para manutenção das sete Casas legislativas é R\$ 120,58.

Ainda segundo o Mapa das

GASTOS DAS CÂMARAS NO GRANDE ABC

	2020		2021		2022		2023		Set/2023 a Ago/2024	
	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi/vereador	R\$ per capita	
Santo André	49,47	49,68	60,05	73,03	79,51	3,79	106,17			
São Bernardo	65,40	58,11	63,27	71,88	72,11	2,58	88,94			
São Caetano	53,54	55,27	51,85	59,74	73,48	3,87	443,58			
Diadema	32,77	30,74	35,27	42,97	43,48	2,07	110,57			
Mauá	30,73	25,93	31,99	34,56	38,29	1,66	91,54			
Ribeirão Pires	10,12	9,83	11,02	12,84	13,46	0,79	116,44			
Rio Grande da Serra	3,15	3,92	4,32	4,17	4,84	0,37	109,47			
GRANDE ABC	245,18	233,48	257,77	299,19	325,17	2,29	120,58			

Julgamento das contas: Regular Irregular Demais: Em trâmite
Fonte: TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) | Agência Fapes, Editora de São Paulo

Câmaras, São Caetano tem o Legislativo mais caro do Grande ABC, com R\$ 443,58 de gasto por habitante, valor quase quatro vezes maior que o desembolsado pela Câmara de Ribeirão Pires (R\$ 116,44), segundo o ranking regional. O Legislativo de São Caetano é também o de maior gasto

por vereador na região, já que o custo por gabinete na Casa chega a R\$ 3,87 milhões por ano. Nesse indicador, o Grande ABC tem dois parlamentos municipais no chamado 'Top 10' do TCE-SP no Estado. Além de São Caetano, sétimo colocado, o de Santo André é o oitavo, com despesas por vereador de R\$

3,8 milhões anuais.

O mapa mostra ainda que, em números absolutos, a Câmara de Santo André é a de maior custo (R\$ 79,5 milhões), seguida pelas Casas de São Caetano (R\$ 73,5 milhões) e de São Bernardo (R\$ 72,1 milhões). As três cidades aparecem no Top 10 do TCE-SP, na sexta, sétima

e nova posições, respectivamente. São Bernardo, porém, tem o menor custo por habitante na região (R\$ 88,94).

As receitas dos Legislativos provêm das Prefeituras, que precisam separar uma parte de seu orçamento, chamado do custeio, para arcar com os custos dos parlamentos. São 142

vereadores nos sete municípios, número que saltará para 150 na próxima legislatura.

"Se comparados com os orçamentos de algumas secretarias municipais, os gastos da Câmara são realmente altos. Porém, o limite do orçamento dos Legislativos é fixado pela Constituição e vai de 3,5% a 7% da receita do município, dependendo da população. Em cidades mais desenvolvidas, esse limite pode parecer elevado. Então, cabe à população fiscalizar a atuação dos vereadores", disse Germano Fraga Lima, secretário-geral do TCE-SP.

Lima ressaltou que boa parte do custeio das Câmaras é composta de folha de pagamento. "Por isso, o TCE-SP tem olhado com bastante rigor os gastos com pessoal, cargos em comissão e gratificações, para verificar se há alguma inadequação. Quando encontrada, a gente orienta a fazer a redução e, caso não haja melhorias, as contas podem ser rejeitadas."

O presidente da Câmara de Diadema, Orlando Vitoriano (PT), afirmou que, nos municípios maiores e mais politizados, os gastos tendem a ser maiores. "Onde há mais participação do povo, o custo costuma ser maior, porque há mais sessões solenes, títulos de cidadão, audiências públicas. Por isso, em que pese a gente reconhecer valores elevados, o exercício da democracia exige Legislativos atuantes para fiscalizar o Executivo e dar resposta à população em suas necessidades", comentou Vitoriano, ressaltando que as despesas com pessoal no Legislativo diademense superam 50%.

Procurada, a Câmara de São Caetano não respondeu aos questionamentos da reportagem. (Colaboração Angelica Richter)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3